

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: A desastrosa intervenção na Petrobrás.....	2
Título: » E o vento levou.....	4
Título: Corte de produção da Vale deve abater 10% do crescimento do PIB em 2019	4
Título: É possível consertar decisão de Bolsonaro, diz Guedes	5
Título: Ministra leva a Bolsonaro temor sobre tabela do frete	7
Título: Dilma ou Guedes.....	7
Título: A prisão e a punição.....	9
Título: » Óleo.....	11
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	11
Título: Bolsonaro ataca o governo	11
Título: DIESEL.....	13
Título: Experimento de verão	13
Título: Após diesel, agora caminhoneiros miram tabela do frete.....	15
Título: Brasil ‘cantando galinha’	16
Título: É possível consertar decisão ‘não muito razoável’ de Bolsonaro, afirma Guedes	18
VEÍCULO: O Globo.....	19
Título: Grandes chances dadas pelo novo ciclo do petróleo	19
Título: Sem manutenção	21
Título: Conflitos de alma	23
Título: ‘Uma conversa conserta tudo’, diz Guedes sobre ação de Bolsonaro.....	25
Título: Acordo com EUA sobre Alcântara pode impulsionar setor espacial	27
Título: Moro e Lava-Jato estudam fundo anticorrupção	28

VEÍCULO:	Correio Braziliense.....	29
	Título: Uma conversa conserta tudo, diz Paulo Guedes	29
	Título: A tentação populista	31

VEÍCULO:	O Estado de S. Paulo
Data:	14/04/2019
Seção:	Colunas
Autor:	Celso Ming
Título:	A desastrada intervenção na Petrobrás

Nada mais ilustrativo do que foram as contradições destes primeiros dias do governo Bolsonaro do que essa intervenção desastrada, tipo Dilma, na Petrobrás. As incoerências e desencontros já eram visíveis desde a própria formatação do governo, se é que há uma. A área econômica, por exemplo, assumiu postura declaradamente liberalizante. A chancelaria, no entanto, trabalha na direção oposta, afirma-se antiglobalista e dirigista. Enquanto isso, o presidente reconhece que não entende nada de economia e que, em questões a ela pertinentes, consultaria "o posto Ipiranga", ou seja, o ministro da Economia, Paulo Guedes.

Em várias situações-chave, não foi o que aconteceu. No caso da Petrobrás, por exemplo, o governo já havia determinado maior espaçamento nos reajustes do óleo diesel e empurrou a empresa para participação em leilão de licitação destinada à produção de petróleo e gás em Israel, objetivo totalmente fora da área de prioridades. Ao determinar por telefonema ao presidente da Petrobrás, Roberto Castello Branco, a suspensão do reajuste dos preços do óleo diesel, desta vez de 5,7%, Bolsonaro impôs não só perdas à Petrobrás, mas, também, à própria política de petróleo, definida pelo seu governo.

Ela prevê a venda de participação em refinarias e a construção de novas. Qual é o investidor, nacional ou estrangeiro, que aceitará investir em refinarias se os preços dos derivados passam a ser definidos arbitrariamente pelo governo. A reação do mercado a essa intervenção foi acachapante. Apenas no pregão de sexta-feira, a Petrobrás perdeu R\$ 32 bilhões de seu valor de mercado. E o nível de incertezas disparou. A alegação para a decisão tomada é estapafúrdia.

Afirmou o presidente que para ele é incompreensível reajuste de 5,7% do óleo diesel se a inflação anual corre abaixo dos 5%. Ignora ele que os preços dos derivados são determinados por cotações internacionais, transformados em reais pela cotação do câmbio. E, no entanto, apenas neste começo de 2019, as cotações internacionais do petróleo dispararam 30%.

O governo Bolsonaro mostrou nestes primeiros cem dias hipersensibilidade incomum aos interesses corporativos. Também contra a política de ataque ao déficit praticada pelo ministro Paulo Guedes, determinou perdão de R\$ 17 bilhões nas dívidas dos produtores com o Funrural e aumentou os soldos dos militares. Sem esperar pelas negociações no Congresso, foi logo admitindo uma redução da idade mínima no projeto de reforma da Previdência. Agora, pretendeu fazer o jogo imediatista dos caminhoneiros. A economia vinha se mantendo relativamente estável, apesar dos rombos e do avanço da dívida.

A inflação está sob controle, os juros são os mais baixos da história do Banco Central, não há corrida ao dólar como nas grandes crises dos anos 70 e 80, os bancos operam com boa saúde patrimonial, os leilões de concessão de serviços públicos seguem com razoável sucesso e a reforma da Previdência parece bem encaminhada. O climão geral era o de que, apesar de tudo, como no filme de Federico Fellini, *la nave va*. Com essa disposição de intervir desastrosamente na economia, o risco maior é o de que o ministro Paulo Guedes apague a luz do seu gabinete e tome a direção de casa. Ele já afirmou que não tem nenhum apego ao cargo e que, se não é para colocar em prática políticas racionais, não vacilará em deixar o governo.

Se isso acontecer em clara situação de contradição e de bloqueio da agenda liberal, o desastre deixará avarias incomensuráveis, principalmente se o vácuo não for preenchido por nenhuma outra estratégia coerente de condução da política econômica. Isso já acontece na área da política propriamente dita. Se foi necessário abandonar o modelo anterior baseado no chamado presidencialismo de coalizão, decisão que pareceu inevitável, então passou a ser preciso definir nova estratégia de exercício do poder, para que o jogo de alianças, imprescindível para definições de grande importância, não se torne refém dos grupos de interesses. Isso não aconteceu. Enfim, se os cem primeiros dias devem servir para definir as expectativas do período restante de quatro anos de governo, então as coisas ficaram nebulosas.

Há quem afirme que é preciso armar-se com boa dose de tolerância e dar um tempo para que dirigentes inexperientes, como os da atual administração Bolsonaro, se familiarizem com as alavancas da cabine de comando e aprendam a governar. Infelizmente, qualquer professor sabe que há alunos que não aprendem nunca.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 14/04/2019****Seção: Colunas****Autor: Aline Bronzati, Cynthia Decloedt e Fernanda Guimarães****Título: » E o vento levou.****Coluna do broadcast**

A operação da Polícia Federal que investiga desvio de dinheiro em um projeto de Energia eólica adquirido pela Renova pode dificultar a operação do complexo Alto Sertão III para a AES Tietê, acertada recentemente. Embora a usina não tenha relação com a investigação, a avaliação é de que o envolvimento da Renova em supostos ilícitos e os riscos de outras irregularidades podem levar a geradora a desistir do negócio, de R\$ 1,5 bilhão.

» De olho. Procurada, a AES Tietê informou que realizou avaliação (due diligence) para aquisição de Alto Sertão III e não foram identificados elementos que ligassem o projeto à operação da PF. Portanto, até o momento, a transação se mantém inalterada, embora sua conclusão esteja sujeita ao cumprimento de condições suspensivas já combinadas.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 14/04/2019****Seção: Economia****Autor: Fernando Scheller****Título: Corte de produção da Vale deve abater 10% do crescimento do PIB em 2019**

Minas paradas. Redução de 92,8 milhões de toneladas na produção de minério pode prejudicar a indústria extrativa e tirar 0,2 ponto percentual do PIB este ano, segundo cálculo da FGV; efeito pode ser em parte compensado por alta de produção esperada na Petrobrás

A redução da produção de minério de ferro da Vale deve ter um impacto devastador para Minas Gerais e, segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV), o efeito para a economia brasileira também é considerável. Cálculo feito a partir do peso da indústria extrativa no Produto Interno Bruto (PIB) mostra que o corte estimado pela Vale de 92,8 milhões de toneladas de minério – 23% da produção do País – deve gerar um impacto de 0,2 ponto percentual no PIB nacional em 2019. Ou seja: considerando a média das estimativas para o avanço da economia este ano (que é de quase 2%), 10% do crescimento deve se perder na esteira da tragédia de Brumadinho, que deixou 277 vítimas, entre mortos e desaparecidos.

Em Minas, a restrição da produção da Vale – seja em resposta a sentenças judiciais ou por decisões internas – terá um efeito brutal, segundo a Fiemg, federação das indústrias do Estado. Além de prever que, mantida a situação atual, 850 mil vagas podem ser fechadas, a entidade calcula que o PIB estadual só vá avançar 0,8% este ano – menos de um quarto da projeção anterior, de 3,3%. "Temos de aprender com os fatos (de Brumadinho e Mariana), mas os efeitos na economia são perversos", diz o presidente da Fiemg, Flávio Roscoe. Para ele, após a tragédia de Brumadinho, a Vale adotou "posição conservadora". Enquanto para Minas a saída do buraco financeiro depende da retomada da produção da Vale, a compensação para o Brasil pode vir de outra fonte, segundo a FGV.

A Petrobrás anunciou que pretende elevar a produção de petróleo em 10% em 2019. Caso a previsão se confirme, diz a pesquisadora Luana Miranda, do Ibre/FGV, metade do efeito negativo no PIB seria eliminado, reduzindo a perda para 0,1 ponto percentual, ou 5% do avanço estimado para 2019. O reflexo da redução na extração da Vale é mais agudo para municípios como Itabira, Nova Lima, Ouro Preto e Mariana, que têm até 90% da arrecadação atrelada à mineradora. Diante dessa dependência, a Vale anunciou repasse de R\$ 100 milhões, nos próximos três meses, para garantir que as cidades tenham como pagar funcionários e serviços essenciais. Embora essa compensação para a perda de arrecadação resolva a questão de curto prazo, a Amig, associação dos municípios mineradores, diz que a ordem econômica só se restabelecerá com a retomada da produção.

"Nas minas Timbopeba (Ouro Preto), Alegria (Mariana) e Brucutu (São Gonçalo do Rio Abaixo), a questão pode ser resolvida até o meio do ano", diz Waldir Salvador, consultor da Amig. Procurada, a Vale diz que a estimativa de corte de 92,8 milhões de toneladas para o ano segue válida. Destaca que "a produção nessas localidades só será retomada quando a segurança das estruturas estiver assegurada".

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 14/04/2019

Seção: Economia

Autor: Beatriz Bulla Ricardo Leopoldo CORRESPONDENTES/WASHINGTON

Título: É possível consertar decisão de Bolsonaro, diz Guedes

Um dia após o presidente admitir que determinou o cancelamento de reajuste do diesel, ministro afirma em Washington que "uma conversa conserta tudo"

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou ontem que é possível "consertar" caso o presidente Jair Bolsonaro faça alguma coisa "que não seja

razoável" na economia. "Uma conversa conserta tudo", afirmou. A fala vem um dia após Bolsonaro admitir que interferiu no reajuste de preços de diesel, ao telefonar para o presidente da Petrobrás e pedir para cancelar o reajuste de 5,7% no preço do óleo diesel. A empresa perdeu R\$ 32 bilhões em valor de mercado depois disso. Na sexta-feira, Guedes sugeriu que não havia sido informado pelo presidente sobre a decisão.

Ontem, após insistência de jornalistas, o ministro afirmou que Bolsonaro já disse que não é um especialista em economia e que o presidente deve ter se preocupado com efeitos políticos. "O presidente já disse para vocês que ele não era um especialista em economia, então é possível que alguma coisa tenha acontecido lá. Ele, ao mesmo tempo, é preocupado com efeitos políticos, estamos falando em greve de caminhoneiro, esse tipo de coisa, então é possível que ele esteja lá tentando manobrar com isso", disse o ministro da Economia.

Questionado, na sequência, que tipo de mensagem o governo passa ao ceder rapidamente a uma demanda dos caminhoneiros, ele respondeu: "Eu vou me informar. E eu concordo com suas preocupações". Segundos depois, já de dentro do carro em frente ao Fundo Monetário Internacional (FMI), o ministro chamou os jornalistas para complementar: "Ao mesmo tempo em que eu concordo com suas preocupações e indagações, eu acho que o presidente tem muitas virtudes. Fez muita coisa acertada, e ele já disse que não conhece muito economia. Se ele, eventualmente, fizer alguma coisa que não seja razoável eu tenho certeza que nós conseguimos consertar. Uma conversa conserta tudo".

A entrevista com Guedes foi feita enquanto o ministro caminhava, de maneira apressada, na saída do FMI. Ele evitou responder às primeiras perguntas sobre o tema. Questionado, por exemplo, se era contraditório que um governo com política econômica liberal tenha feito uma intervenção nos preços de combustível, ele retrucou: "Eu não vou dizer isso que você está pedindo". Conversas. Guedes afirmou que as conversas nos Estados Unidos têm sido importantes e usadas para debater "como é que vão ser as coisas daqui para a frente no Brasil".

O ministro da Economia esteve em Nova York na quarta-feira e em Washington desde então, onde participa de reuniões de primavera participa de reuniões de primavera do FMI e encontros com investidores, economistas e ministros de outros países. "Nós estamos conseguindo reverter uma imagem ruim", disse Guedes, que afirmou ter se reunido com "excelentes interlocutores", como a diretora-gerente do FMI, Christine Lagarde, com integrantes do Banco Mundial, Tesouro americano, presidente do Federal Reserve e "presidentes dos bancos centrais do mundo inteiro".

"O Brasil vai progredir rapidamente em várias frentes. Aí tem uma notícia lá embaixo que eu não estava lá e não sei o que houve exatamente. Eu prefiro não comentar, só isso, eu prefiro me informar melhor. Evidente que houve um efeito ruim lá embaixo e estou preferindo trabalhar nas frentes onde eu consigo construir alguma coisa", afirmou o ministro. Guedes afirmou que a economia mundial está conseguindo "atravessar um desfiladeiro estreito" e evitar que a crise financeira virasse uma depressão mundial. "Ao mesmo tempo, se a economia estivesse crescendo muito e houvesse uma ameaça de inflação seria terrível, os juros estariam subindo, teria uma desalavancagem forte, teria uma bolha dos bônus estourando. A economia mundial poderia de repente cair num desastre", disse.

O ministro afirmou que, com a desaceleração moderada da economia mundial, e a volta do crescimento do Brasil, haverá um horizonte de investimentos no País, especialmente em vários setores como petróleo, gás e infraestrutura, com destaque para saneamento. Segundo Guedes, ele não foi questionado durante as reuniões do FMI sobre a decisão relativa ao diesel no Brasil.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 14/04/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Ministra leva a Bolsonaro temor sobre tabela do frete

Em uma rápida agenda no Palácio do Alvorada, a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, levou ao presidente Jair Bolsonaro, na manhã de ontem, a preocupação de produtores e agricultores com a situação da tabela do frete. A ministra, que já defendeu publicamente o fim da tabela do frete de produtos transportados nas rodovias, diz ter pedido ao presidente para resolver essa questão.

Para ela, a indefinição sobre a manutenção da tabela provoca aumento nos custos dos produtos para agricultores, já que eles precisam precificar os valores do frete em cima dos produtos. A preocupação com a tabela do frete vem em um momento delicado. Na sexta-feira, a Petrobrás perdeu R\$ 32,4 bilhões em valor de mercado após Bolsonaro intervir e adiar por "alguns dias" o reajuste de 5,7% no preço do diesel.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 14/04/2019

Seção: Colunas

Autor: Eliane Cantanhêde

Título: Dilma ou Guedes

Independência do Banco Central, ponto positivo para o presidente Jair Bolsonaro. Ingerência na Petrobrás, ponto negativo para Bolsonaro. Na primeira, ele cumpriu a promessa liberal e modernizante de campanha, afinado com o ministro Paulo Guedes. Na segunda, foi intervencionista e atrasado, repetindo um dos erros grosseiros de Dilma Rousseff. O aumento de 5,7% no preço do diesel foi uma decisão da Petrobrás que certamente teve boas justificativas técnicas, mas na hora errada e com um forte efeito político.

O anúncio foi justamente no dia em que Bolsonaro comemorava os cem primeiros dias do governo e embaçou a repercussão do pacote de medidas. Mais do que isso, foi em meio a uma ameaça que paira sobre o governo e o País: a movimentação de caminhoneiros. Ao saber do aumento, Bolsonaro agiu à la Dilma: mandou cancelar, sem avaliar consequências. Estava pensando no impacto sobre a inflação e a economia? Na sua popularidade? Ou nos caminhoneiros? Fortes e audaciosos, eles tiveram apoio do então deputado Jair Bolsonaro no teste de força com o governo Temer. Ganharam, causaram um colapso de abastecimento e interromperam a retomada do crescimento.

Agora, voltam à carga e ameaçaram nova paralisação em 30 de março. Abortaram a ideia, mas deram seu recado. Portanto, a decisão do presidente foi política e o mercado reagiu duramente. As ações da Petrobrás despencaram 8,76% na sexta-feira, com um prejuízo de R\$ 32 bilhões. E a nova semana começa com reuniões palacianas e grandes dúvidas sobre o preço do diesel, a independência da Petrobrás e o compromisso liberal de Bolsonaro. Os investidores e a opinião pública estão boquiabertos. Em vez de ajudar, o presidente piorou as coisas ao tentar justificar sua impulsividade.

Diante de microfones, ele questionou como o preço do diesel pode subir 5,7%, se a inflação ficou abaixo de 5% (na verdade, 3,9%). Logo, ele desconhece que a inflação é a média de uma cesta de preços, uns sobem, outros caem. Na campanha, chamava o "Posto Ipiranga" para socorrê-lo. Agora, decidiu da própria cabeça, mesmo dizendo, candidamente: "Não sou economista, já falei que não entendo de economia". E lascou: "Quem entendia afundou o Brasil, certo?" Referia-se à economista Dilma, que contaminava as decisões da economia com suas convicções políticas e ideológicas. Adoeceu a Petrobrás e, com uma canetada, desestruturou o setor elétrico e passou aos investidores internacionais a mensagem de desrespeito não só ao liberalismo, mas aos próprios contratos.

Dilma, porém, nunca enganou ninguém. Até tentou se ajustar à realidade nomeando Joaquim Levy como chefe da economia, mas ela foi o que sempre foi: estatizante, intervencionista, uma brizolista estacionada na década de 1960. Bolsonaro não. Ele pode até ser tudo isso, mas se elegeu com um discurso, uma promessa e um Posto Ipiranga em sentido contrário. Daí o rebuliço no mercado

e nas mentes. Quando se fala da quebradeira da Petrobrás nos anos do PT, associa-se à corrupção, ao aparelhamento, ao fatiamento partidário da maior e mais simbólica companhia do País. Mas não foi só isso. Um dado relevante na tragédia foi a política de preços populista do ex-presidente Lula e sua sucessora.

Como vender abaixo dos preços internacionais? Só de 2014 a 2017, os prejuízos bateram em R\$ 72 bilhões. O presidente Bolsonaro tem todo o fim de semana para conversar, ouvir, ler e refletir para, na terça-feira, decidir se ele quer ser o Bolsonaro intervencionista e estatizante dos seus 28 anos de Congresso ou o Bolsonaro liberal e privatizante da campanha. Vai ter de optar entre Dilma Rousseff e Paulo Guedes e, de preferência, parar de sabotar o seu próprio governo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 14/04/2019

Seção: Notas e Informações

Autor:

Título: A prisão e a punição

A decisão da 2.ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) de revogar a prisão preventiva do ex-presidente do Banco do Brasil e da Petrobrás Aldemir Bendine ajuda a restabelecer um importante princípio do processo penal. A pena deve vir após a condenação, e não antes. Nos últimos anos tem sido frequente que juízes apliquem a prisão preventiva além dos casos permitidos pela lei, transformando a medida, que tem finalidade específica, num modo de punir antes de condenar.

Aldemir Bendine estava preso desde julho de 2017 por ordem do então juiz Sergio Moro no âmbito da Operação Cobra. Segundo o Ministério Público, o ex-presidente da Petrobrás, após pedir propina de R\$ 17 milhões para a Odebrecht, teria recebido R\$ 3 milhões entre junho e julho de 2015. O pedido de prisão alegava que o investigado, tendo comprado uma passagem de avião para Lisboa, planejava fugir do Brasil. Na ocasião, o juiz Sergio Moro decretou prisão temporária, que tem prazo legal de cinco dias.

Diante das circunstâncias, era possível vislumbrar sentido na medida cautelar decretada. No entanto, aquilo que até podia justificar a prisão provisória de cinco dias foi usado depois como fundamento para decretar uma prisão preventiva que, sem prazo definido por lei, acabou por durar quase dois anos. Para decretar uma prisão preventiva – e muito especialmente para mantê-la ao longo de tanto tempo – é necessário demonstrar que os requisitos legais estão preenchidos. Não basta citar as condições da lei. A decisão sobre uma prisão preventiva precisa estar "devidamente fundamentada, amparada em fatos

concretos, e não apenas em hipóteses ou conjecturas", lembrou o ministro Gilmar Mendes, cujo voto foi seguido pelos ministros Celso de Mello e Ricardo Lewandowski.

Essa exigência não é tolerância com a impunidade ou com a ineficiência da Justiça. Trata-se de assegurar a efetividade das liberdades e garantias, comuns a todos os cidadãos. Ao defender a manutenção da prisão preventiva no julgamento do habeas corpus, a Procuradoria-Geral da República alegou a gravidade da conduta do réu. Colocado no cargo de presidente da Petrobrás para barrar a corrupção na empresa, ele teria exigido as mesmas vantagens indevidas, como se fazia antes, afirmou a subprocuradora Claudia Sampaio.

Se Bendine procedeu dessa forma, teve conduta grave. Mas isso não é motivo, por si só, para prisão preventiva. Quando se aplica a prisão preventiva pela suposta gravidade da conduta do réu está havendo um adiantamento indevido da pena. Vencido em seu voto para manter Aldemir Bendine preso, o ministro Edson Fachin entendeu que não cabia o habeas corpus tendo em vista que o réu foi condenado pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro e que, na decisão, foi mantida a prisão preventiva. A sentença seria, assim, um argumento a mais para a prisão preventiva.

Ora, a decisão de primeira instância não faz preencher os requisitos legais da prisão preventiva, como se a culpabilidade do réu, reconhecida na sentença, autorizasse a medida preventiva de restrição de liberdade. Um Estado Democrático de Direito deve ser intransigente na defesa das liberdades individuais. Não cabe dar prisão preventiva sob o argumento de que o réu seria culpado, o que representa uma antecipação de pena e fere o princípio da presunção de inocência. Ao revogar a prisão preventiva de Bendine, a 2.ª Turma do STF aplicou outras medidas cautelares, determinando o comparecimento periódico em juízo e a proibição de se ausentar da comarca e do País e de manter contato com outros investigados.

A Justiça pode conseguir os mesmos objetivos de efetividade sem precisar atuar fora da lei. Além disso, tão logo seja confirmada pela segunda instância a sentença condenatória, Aldemir Bendine deverá voltar à cadeia para cumprir a pena que lhe seja imposta, conforme jurisprudência assente da Suprema Corte. Cada coisa em seu tempo e com o devido fundamento legal – eis o modo de proceder de um Estado Democrático de Direito.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 14/04/2019****Seção: Colunas****Autor: Alberto Bombig****Título: » Óleo.**

Coluna do estado

Parte do empresariado acha que o estrago provocado pela intervenção de Jair Bolsonaro no preço do diesel deixa Roberto Castello Branco menos presidente e mais funcionário da Petrobrás depois de ter cedido à pressão do "chefe".

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 14/04/2019****Seção: Colunas****Autor: Vinicius Torres Freire****Título: Bolsonaro ataca o governo**

Caso Petrobras é só uma tolice de uma gestão à beira de não ter como pagar contas

Não é muito difícil o governo inventar uma história para arrumar a bagunça que fez ao meter a mão nos preços da Petrobras, desde que tome tenência. Mas:

- 1) esses disparates deixam sequelas, que se acumulam e têm custos para a economia inteira;
- 2) Jair Bolsonaro faz fama de que é um caminhão desembestado, que se move por caprichos, pinimbas e impulsos na estrada da demagogia. Até agora, não funcionam os freios tutelares, de gerais ou outros;
- 3) O presidente já prepara outros atentados contra seu governo.

Gente que não se ocupa de finanças, o povo em geral, acha que esses colapsos de preços na Bolsa são brincadeirinha de especulador. Não é bem assim.

A venda em massa de ações da Petrobras é um aviso. A queda do valor da empresa significa que os investidores não querem negócio com uma companhia sujeita a controle de preços e outras tolices que reduzem lucros ou causam dano ainda pior.

Caso a besteirada persista, o desconto no valor das ações será maior, assim como vai aumentar o custo de a empresa levantar recursos no mercado, de se financiar por empréstimos ou outros meios.

Arrazoado semelhante vale para a economia inteira, para o custo de financiamento do governo (juros) e, por tabela, para as empresas do país.

Mesmo com os tantos recuos do governo, bobagens e incompetências frequentes em política e economia deixam sequelas: um dólar mais caro, juros de médio e longo prazo mais altos, Bolsa mais barata, risco maior. Em suma, fica mais caro fazer negócio. As empresas investem menos. Em resumo simples, assim a economia cresce menos. Já está acontecendo de novo.

O preço do diesel não foi o único pedaço de Bolsonaro na Petrobras. O presidente prometeu investimento da petroleira em Israel, por exemplo (apenas ele descobriu que haveria um maná de óleo na costa israelense?). Já mexeu na periodicidade do reajuste do diesel. Vai se emendar?

Governo mais falido

Com jeito, o governo ainda pode atenuar esses estragos. Falta combinar com Bolsonaro.

Está claro nos ministérios e claríssimo no Ministério da Economia que, se não entrar um dinheirinho extra, o governo não vai ter como pagar alguns serviços no fim deste ano. Sim, vai ter de parar atividades sérias; algumas partes da administração já funcionam apenas no papel, motores sem gasolina.

Mas Bolsonaro ainda pensa seriamente em anistiar dívidas de ruralistas, algo em torno de R\$ 11 bilhões, para ficar em apenas um exemplo de tolice séria que vem por aí.

Gente graduada de vários ministérios diz que o Brasil já não está pagando compromissos com organizações internacionais, por exemplo.

O investimento em obras vai cair dos cerca de R\$ 53 bilhões do ano passado para algo entre R\$ 35 bilhões e R\$ 40 bilhões neste 2019 (em valores de hoje): uns 40% do que era em 2014 (como proporção do PIB).

Se houver a graça para os ruralistas, vai haver asfixias e necroses de partes da administração.

Todo o investimento federal em obras viárias (estradas etc.) no ano passado ficou em R\$ 10 bilhões, menos que o dinheiro da anistia dos ruralistas. Cortar ainda mais obra em andamento é contraproducente e acelera a ruína da

infraestrutura. “Ou vão cortar submarino nuclear, aviões de combate?”, pergunta um alto burocrata do governo sobre o orçamento de investimento ora mais privilegiado, o da Defesa.

Ainda não é uma situação Rio de Janeiro. Mas já dá para sentir o cheiro da maresia.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 14/04/2019

Seção: Cotidiano

Autor:

Título: DIESEL

Frases da semana

Jair Bolsonaro, ainda em Macapá, sobre intervenção no aumento do preço do óleo diesel

“Eu liguei para o presidente [da Petrobras], sim, me surpreendi com o reajuste de 5,7%. Eu não vou ser intervencionista, não vou praticar política que fizeram no passado, mas eu quero os números da Petrobras”

“Não sou economista, já falei que não entendia de economia, quem entendia afundou o Brasil, tá certo?”

Paulo Guedes, ministro da Economia, ao ser questionado por jornalistas em Washington, na sexta-feira (12), se não havia sido informado sobre a interferência nos preços

“É uma inferência razoável, aparentemente”

Wallace Landim (Chorão), líder dos caminhoneiros, na sexta (12)

“A gente nunca teve isso. Hoje, graças a Deus, nós temos um diálogo, direto com a Casa Civil”

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 14/04/2019

Seção: Editorial

Autor:

Título: Experimento de verão

A prática de adiantar relógios em uma hora na primavera e atrasá-los quando está para chegar o outono, ou horário de verão, volta a acalorar debates com a decisão do presidente Jair Bolsonaro (PSL) de suspendê-lo após 35 anos de vigência. Trata-se de assunto que divide opiniões como poucos.

Em 2017, pesquisa Datafolha no Sul, no Sudeste e no Centro-Oeste (onde se adota a medida) constatou que 56% nessas regiões lhe eram favoráveis. Uma maioria, mas longe de indicar algo muito popular.

Afinal, havia 38% de pessoas contrárias, possivelmente as que preferem manter condições regulares de sono a uma hora adicional de claridade para divertir-se. Outros 5% se disseram indiferentes.

Diversão e descanso noturnos nada tinham a ver com a ideia quando a Alemanha a adotou pioneiramente, em 1916. Em guerra, o país pretendia economizar Energia.

A política se espalhou pelo mundo, sobretudo em nações de clima temperado. Vários países tropicais nunca aderiram, porém, em especial na África. O Parlamento Europeu decidiu abolir sua obrigatoriedade a partir de 2021.

O argumento sobre Energia vem sendo questionado. No Brasil, contou-se economia em torno de R\$ 150 milhões em 2016; em 2013, eram cerca de R\$ 400 milhões.

A redução na poupança de eletricidade decorre de mudanças no padrão de consumo. De início a hora extra de claridade mantinha apagadas lâmpadas incandescentes, que consomem muita eletricidade, depois substituídas por dispositivos frios e com tecnologia LED.

A popularização de aparelhos de ar condicionado deslocou o consumo de eletricidade para toda a tarde, arrefecendo o pico de consumo intenso e problemático.

Em 2017, o **Ministério de Minas e Energia** emitiu nota técnica afirmando que a medida deixara de justificar-se. Em 2016, uma revisão de 44 estudos avaliou que a economia gerada em vários países era de apenas 0,34% em média.

Há, por fim, pesquisas a sugerir que perder uma hora de sono aumenta a ocorrência de infartos, surtos de depressão e acidentes de trânsito e de trabalho.

Não faltam argumentos a favor do horário de verão, por outro lado. Com mais pessoas fora de casa uma hora adicional por dia, bares, restaurantes e o setor de turismo como um todo lucram mais. A ocorrência de assaltos chega a cair 7%, e a de atropelamentos, 13%.

A suspensão do horário de verão neste ano oferece excelente oportunidade para aferir, em pesquisas, se parcela significativa da população a tomará como um prejuízo.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 14/04/2019

Seção: Mercado

Autor: Mariana Carneiro

Título: Após diesel, agora caminhoneiros miram tabela do frete

Após vencer a queda de braço contra a Petrobras no preço do diesel, caminhoneiros querem agora que o governo convença o agronegócio a cumprir a lei dos preços mínimos do frete.

Sancionada no ano passado pelo então presidente Michel Temer (MDB), a norma está sendo contestada no STF (Supremo Tribunal Federal).

A maior oposição vem do agronegócio, representado pela CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), que teme aumento dos custos no transporte de carga.

Uma das principais lideranças dos caminhoneiros, Wallace Landim, o Chorão, afirma que, se a lei estivesse sendo cumprida, a política de preços da Petrobras seria irrelevante para a categoria. “A gente teria o reajuste do frete automático”, disse.

“Temos de sentar e conversar com o pessoal do agronegócio. O governo tem de chamar a ministra Teresa Cristina [Agricultura], o ministro Tarcísio [de Freitas, da Infraestrutura] e o Onyx [Lorenzoni, chefe da Casa Civil] , colocar isso na mesa e resolver a situação. A lei está aí e tem de ser cumprida.”

Neste sábado (13), a titular da Agricultura se reuniu com o presidente Jair Bolsonaro (PSL) no Palácio da Alvorada para discutir a questão do frete.

Para Landim, o lobby de duas grandes entidades — a CNA e a CNI (Confederação Nacional da Indústria) — está afetando o cumprimento da lei. “Vou pedir para a Casa Civil para a gente sentar e botar os pingos nos ‘is’.”

Landim diz ter uma solução para superar o impasse: organizar os caminhoneiros autônomos em cooperativas e facilitar a sua contratação direta pelos donos das cargas. A organização das cooperativas já está sendo tocada pelo Ministério da Infraestrutura, disse ele.

Na quinta-feira (11), logo após a Petrobras anunciar o reajuste de 5,7% no preço do diesel, Landim disse que enviou mensagens a Onyx e a outros representantes do governo se queixando da medida.

Naquela noite, Bolsonaro telefonou para o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, e mandou sustar o reajuste.

Landim diz que o reajuste pegou de surpresa a categoria, que vinha negociando com o governo medidas compensatórias, como o preço mínimo do frete, o cumprimento da lei das jornadas de trabalho e a fiscalização pela ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres).

“Na quinta retrasada eu estive com o Tarcísio e disse a ele que eu tinha medo do aumento do diesel, que poderia vir de repente. Ele me disse para ficar tranquilo. Aí a gente foi surpreendido por isso. Então a gente mandou mensagem para o Onyx”, disse.

Apesar de governistas falarem em ameaça de greve como justificativa para intervir no preço da Petrobras, Landim afirma que a categoria não estava decidida a parar.

“O pessoal [do governo] me chamou e eu me posicionei. Eu disse que não ia ter [greve]. Não acho que seja a hora, não é o momento, é início de governo”, afirmou.

“Com 15 dias, o governo nos procurou e marcou uma reunião, falou que a nossa ação no transporte estava nas prioridades de cem dias. A gente sabe que o presidente ficou internado, depois ficou fora do país. Tem de ter entendimento.”

Ele elogiou Bolsonaro por ter congelado o preço do diesel, mas reconhece que foi uma intervenção na Petrobras, nos moldes do praticado no governo Dilma Rousseff (PT). “Querendo ou não querendo, mexeu na política de preços.”

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 14/04/2019

Seção: Tendências e Debates

Autor: Rogério Cezar de Cerqueira Leite

Título: Brasil ‘cantando galinha’

Presidente oferece alcântara de mãos beijadas

Físico, professor emérito da Unicamp, membro do Conselho Editorial da Folha e presidente do Conselho de Administração do CNPEM (Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais)

Na primeira metade do século passado era comum aos domingos, no interior paulista e mineiro, em vez da missa, sitiante e moradores de pequenas cidades se reunirem em torno de rinhas de galos.

O dono do perdedor por vezes interrompia o combate. Em outras ocasiões, a luta prosseguia até o fim, ou seja, com a morte de um dos contendores. Havia, entretanto, raras vezes em que o galo perdedor anunciava sua rendição comum cacarejo baixo, agudo e sofrido. Dizia-se que “cantou galinha”. O destino do galo que canta galinha é a panela.

Logo depois do fim do regime militar houve no Congresso, durante a Constituinte, uma discussão sobre definição da indústria nacional. Convocado, defendi a distinção entre empresa de capital nacional e empresa multinacional. Perdi, e o Brasil cantou galinha. Havia pressão dos americanos.

Com isso, o país perdeu a possibilidade da eventual proteção de sua indústria, como todos os países, inclusive os desenvolvidos, praticam.

À mesma época fui convidado a defender a reserva de mercado para minicomputadores. Fui derrotado. A pressão dos Estados Unidos foi imensa. O Brasil cantou galinha mais uma vez, pois foi aniquilada a nascente indústria digital brasileira.

Em seguida veio o debate sobre o Sivam, cujo contrato permitia aquisição de equipamentos e serviços em qualquer país, exceto no Brasil. Novamente lá fui eu ao Congresso para ser derrotado. E o Brasil cantou galinha mais uma vez.

Na semana seguinte esta Folha noticiou a avalanche de ementas pagas aos projetos dos parlamentares que apoiaram o Sivam. E a nascente indústria nacional de radares e sensores foi para o brejo.

E aí veio a obscena lei de propriedade industrial. Eu, fazendo o meu habitual papel de nacionalista bobo da corte, lá fui ao Congresso Nacional. Obviamente, fui derrotado.

O Ministério da Ciência e Tecnologia, da mesma administração federal FHC, constatou que 1.050 estações de produção do setor de química fina foram extintas e 350 novos projetos, abandonados. E o Brasil já estava ficando rouco de cantar galinha em rendição às ameaças do ogro americano, cujo governo, contrariamente do que faz o brasileiro, coloca todo o seu poderio a serviço de suas empresas, pois é lá que reside o próprio poder americano.

Chega então ao Congresso Nacional a proposta de ocupação de alcântara por uma base militar americana. Para lá fui. Eis que o Brasil decide preservar a soberania nacional. Uma vitória, enfim. O que as ditas autoridades não percebem é que o que é válido para o galo de briga, também o é para o cidadão, para a tribo, para a nação. Os americanos, como todos os povos, desprezam os submissos, os serviçais.

Pois bem, agora, para adoçar a boca da América, o presidente do Brasil oferece alcântara de mãos beijadas, abdica da simbólica relação de reciprocidade entre iguais no uso de passaporte e, muito pior, vai, ele próprio, o presidente, beijar as mãos do chefe da CIA, a organização que tem como missão a espionagem, a vigilância e a “sabotagem” de interesses de outros países, tais como o Brasil. O destino daqueles que “cantam galinha” é a panela.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 14/04/2019

Seção: Mercado

Autor: Marina Dias

Título: É possível consertar decisão ‘não muito razoável’ de Bolsonaro, afirma Guedes

Após intervenção na Petrobras, ministro diz que presidente já havia dito não saber muito de economia

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou neste sábado (13) que é possível reverter decisão “não muito razoável” de Jair Bolsonaro (PSL) e que o presidente deveria estar preocupado com “efeitos políticos” ao interferir nos preços do diesel da Petrobras.

“Acho que o presidente tem muitas virtudes, fez muita coisa acertada e ele já disse que não conhece muito economia”, disse Guedes em Washington, após participar de reuniões com autoridades no FMI (Fundo Monetário Internacional).

“Então se ele, eventualmente, fizer alguma coisa que não seja muito razoável, tenho certeza que conseguimos consertar. Uma conversa conserta tudo”, afirmou Guedes.

O ministro lembrou que Bolsonaro já disse reiteradas vezes que não conhece muito de economia e admitiu que a ação do Planalto sobre os preços do combustível refletiu de maneira negativa no mercado.

Segundo Guedes, a preocupação do presidente pode ter sido a ameaça de uma nova paralisação dos caminhoneiros, que gerou uma crise de abastecimento no Brasil em maio de 2018.

“O presidente já disse para vocês que ele não era um especialista em economia, então é possível que alguma coisa tenha acontecido lá. Ele, ao mesmo tempo, é preocupado com efeitos políticos, estavam falando em greve de caminhoneiro, esse tipo de coisa, então é possível que ele esteja tentando manobrar com isso.”

Questionado por jornalistas sobre o fato de o governo ter cedido tão rápido à pressão política e à ameaça de uma nova paralisação, Guedes disse que concordava com as preocupações dos repórteres.

Na sexta-feira (12), o ministro havia dito, após muita insistência dos jornalistas, que era uma “inferência razoável, aparentemente” dizer que ele não tinha sido avisado por Bolsonaro sobre a decisão do governo de interferir no diesel.

Neste sábado, o ministro voltou a dizer que ainda não conversou com o presidente ou com qualquer outra pessoa de sua equipe sobre o assunto e que precisava se informar sobre o tema antes de dar qualquer declaração.

Ao ser questionado sobre haver contradição entre a política econômica liberal defendida pelo governo e a intervenção, Guedes sorriu e disse: “Não vou dizer isso o que você quer que eu diga”.

A Petrobras perdeu R\$ 32 bilhões em valor de mercado após a intervenção.

Formado na Universidade de Chicago, notabilizada por sua tradição econômica liberal, o ministro é a favor da política de livre mercado, com menor intervenção possível.

VEÍCULO: O Globo

Data: 14/04/2019

Seção: Editorial

Autor:

Título: Grandes chances dadas pelo novo ciclo do petróleo

Projeções de produção e de investimentos são crescentes, e precisam ser aproveitadas

A recuperação do mercado mundial de petróleo renova o interesse das maiores empresas do setor pelo Brasil. Em recente audiência no Senado, o ministro da Economia, Paulo Guedes, mostrou entusiasmo: “O país está sendo visto como

uma nova fronteira, como o que há de melhor do ponto de vista de exploração de petróleo para os próximos 20 ou 30 anos. É fato.” **O ministro das Minas e Energia, Bento Albuquerque**, havia dito coisa semelhante aos senadores. Estimou para os próximos dez anos “investimentos de R\$ 1,5 trilhão em petróleo, gás e biocombustíveis”. É previsível que até 2027, informou, o país duplique as reservas de petróleo, para 24 bilhões de barris.

A produção deve alcançar 2 milhões de barris/dia, com 17 novas plataformas. A expectativa, segundo Albuquerque, é que, até 2040, o Brasil responda por 23% de todo o aumento na produção mundial de petróleo. “Seremos um dos cinco maiores produtores e, até 2030, dobraremos a produção de gás, que irá de 112 para 220 milhões de metros cúbicos/dia”. Governos têm a obrigação do otimismo, por necessidade de sobrevivência. No caso, porém, Brasília chega a contrastar com o otimismo de grandes empresas privadas do setor, que embalam mercados (alta de 27% nas ações da Petrobras no trimestre). A British Petroleum, por exemplo, vê o Brasil da seguinte forma: “A produção de petróleo aumenta significativamente (70%), chegando a quase 5 milhões de barris/dia em 2040, o que representa 5% da produção global. A produção de gás mais do que duplica, atingindo 63 bilhões de metros cúbicos até 2040.”

Significa mudança estrutural num ambiente de negócios duramente afetado pela virtual quebra da Petrobras, há cinco anos, por manipulação política, incompetência gerencial, e corrupção na empresa estatal sob os governos Lula e Dilma. Ponto de inflexão é o leilão de áreas previsto para 28 de outubro, com potencial de entrada de R\$ 80 a R\$ 100 bilhões nos cofres públicos. O Brasil só compete com ele mesmo. O México enfrenta problemas, com a Pemex em crise, e a venezuelana PDVSA foi consumida pelo delírio chavista que levou o país ao abismo. O Brasil tem chances de crescimento no pré-sal, com reflexos na cadeia produtiva e nas finanças estaduais.

Só precisa avançar, rapidamente, nos leilões e na desregulamentação. O leilão de outubro ainda depende de coerência dentro governo, sobre questões ambientais, e de harmonia com o Congresso sobre lei específica. Mas se o governo Jair Bolsonaro continuar concentrando energias na comédia de falsificações da História do Brasil, da Guerra Fria e da II Guerra Mundial, ou repetindo Lula e Dilma com interferências na Petrobras, o país corre o risco de perder essa oportunidade singular. E o fluxo de investimentos previsto pelo setor privado será, rapidamente, redirecionado a outras regiões, como a inexplorada fronteira marítima da vizinha Guiana.

VEÍCULO: O Globo**Data: 14/04/2019****Seção: Economia****Autor: CASSIA ALMEIDA E GLAUCE CAVALCANTI****Título: Sem manutenção****País não investe e deixa usinas obsoletas, pontes em colapso e obras abandonadas**

Vai demorar no mínimo sete meses para que alguém possa cruzar novamente a ponte sobre o Rio Moju, no Pará. Uma das quatro pontes que ligam a região metropolitana de Belém ao resto do país, ela desabou depois que uma balsa bateu em um dos pilares, há pouco mais de uma semana. A queda de parte da via mostrou que faltavam defensas (blocos de concreto que protegem os pilares) e que havia estacas comprometidas. Mais um retrato da deterioração da infra-estrutura no Brasil, que, sob risco de colapso, cobra um preço alto da economia.

Em novembro, já havia ocorrido a ruptura do Viaduto do Jaguaré, na marginal Pinheiros, em São Paulo. O trecho que cedeu só foi liberado para o tráfego no mês passado. E, em fevereiro de 2018, havia desabado parte do Eixão Sul, em Brasília. Para Renato Sucupira, sócio da consultoria BF Capital, essa situação põe vidas em risco:

— Deixar o ativo se deteriorar a ponto de colapsar é irresponsabilidade. É risco de vida. A queda do viaduto na Marginal Pinheiros poderia ter feito muitas vítimas.

Segundo estudo da Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústria de Base (Abdib), apenas para cobrir a depreciação da infraestrutura que já existe — de transporte, logística, Energia, telecomunicações e saneamento —, o Brasil tem de investir 1,9% do PIB. No ano passado, o aporte foi de 1,69%. Para manter e fazer a expansão necessária, o país deveria investir 4,5% em infraestrutura anualmente ao longo da próxima década.

— Não investimos nem o necessário para cobrir a depreciação dos ativos de infraestrutura — diz Igor Rocha, diretor de Planejamento da Abdib. — É importante que o Brasil defina o modelo de investimento que quer seguir.

Sem investimento, o que já existe se perde. Estudo da Inter.B, do economista Claudio Frischtak, aponta que o estoque de infraestrutura vem caindo sistematicamente. Já foi de 58,2% do PIB em 1986. Agora está em 35,9%.

— O ideal é ter 60% do PIB de estoque — diz Frischtak.

— As pessoas pensam que obra de infraestrutura tem vida útil eterna. Parte significativa da nossa infraestrutura tem entre 30 e 40 anos, sem manutenção e investimento.

No Pará, além do custo estimado de R\$ 113 milhões para reconstruir aponte que caiu, há outras três com os mesmos problemas: faltam defensas e manutenção.

— As batidas das balsas aconteciam com a maré baixa, atingindo o coroamento do pilar. Dessa vez, foi na maré alta, colidindo diretamente no pilar. Vamos construir as defensas e dois vãos de 124 metros, para melhorar a navegação no canal — diz o secretário de Transportes do Pará, Pádua de Andrade, que acredita que o tráfego de barcos seja retomado em 15 dias.

USINAS NO FIM DA VIDA ÚTIL

Na área de geração de Energia, o cenário se repete. A CTG Brasil, da China Three Gorges Corporation, maior geradora de Energia hidrelétrica no mundo, ganhou no ano passado o leilão das usinas de Jupia e Ilha Solteira, cujas concessões foram devolvidas à União. Evandro Vasconcelos, vice-presidente de geração da CTG Brasil, conta que encontrou unidades que precisam de “grandes investimentos em reforma e modernização”: R\$3 bilhões em até dez anos.

— Havia quatro máquinas em situação insustentável. A primeira etapa do nosso projeto foi reformar os geradores. Poderia haver uma falha, uma perturbação no sistema interligado. Todas as usinas são muito antigas, com medidores analógicos, com nível de precisão muito baixo — conta o executivo.

— Mais de 65% das usinas estão no fim de vida útil, ou já passaram dela, com cerca de 40 anos. O sistema elétrico brasileiro é referência no mundo, mas houve grande indefinição quanto à renovação das concessões. Todos os concessionários pararam de investir na modernização do parque.

A falta de investimento também corrói equipamentos urbanos novos, como o BRT carioca, que começou a ser entregue à população em 2012. Sob intervenção da prefeitura desde o fim de janeiro, apenas três dos quatro corredores de transporte rodoviário estão em operação. Para viabilizar investimentos no sistema, que roda com cem ônibus a menos que o estimado, o município quer conceder o BRT à iniciativa privada.

Mais de 20 estações estão fechadas no trecho da Transoeste entre Santa Cruz e Campo Grande por causa do vandalismo. O corredor precisa ser reconstruído por causa de erros de projeto. O edital para a obra sai em uma semana, segundo a prefeitura.

ESTRADAS PRECÁRIAS

O BRT Transbrasil, por sua vez, sequer foi concluído. Após sucessivas interrupções, as obras foram retomadas em meados de 2018, com término previsto no fim do ano. A comissão de intervenção do BRT diz que “o corredor atravessa uma região complexa, cuja segurança pública é atribuição das polícias”, referindo-se à Avenida Brasil. Esta, aliás, é outra falha grave na infraestrutura fluminense, diz Mauricio Lima, sócio do Instituto de Logística e Supply Chain (Ilos):

— O principal corredor viário do Rio é o pior exemplo que temos. Tem elevado número de acidentes, roubo de carga e de passageiros, cracolândia, pistas de largura irregular, falta de sinalização, sobretudo nos trechos em obras, e estrutura deficiente para as famílias que moram no entorno da via.

Pelos cálculos da Confederação Nacional do Transporte (CNT), há 16 mil quilômetros de estradas precárias no país. Para recuperá-los, seriam necessários R\$ 53 milhões. A previsão orçamentária para este ano, no setor de transporte, é de apenas R\$ 6,6 bilhões. Até abril, foram gastos R\$ 1,5 bilhão. Em 2018, mais de seis mil pessoas morreram nas rodovias federais. De 1,7 milhão de quilômetros de rodovias, só 213 mil quilômetros são pavimentados, ou 12% do total.

Apesar da falta de recursos, sobra desperdício. Uma obra estratégica de quase R\$ 2 bilhões, o Arco Metropolitano — corredor logístico que liga Itaboraí ao Porto de Itaguaí

— prometia impulsionar o transporte e atrair empresas para o seu entorno, mas está subutilizado. Motoristas evitam passar ali por causa de assaltos. O moderno sistema de iluminação com placas de Energia solar é alvo de roubos frequentes. No início do mês, o governo federal informou que um trecho da via será concedido à iniciativa privada

VEÍCULO: O Globo

Data: 14/04/2019

Seção: Colunas

Autor: Merval Pereira

Título: Conflitos de alma

O episódio da intervenção do presidente Bolsonaro revogando o aumento do preço do óleo diesel determinado pela Petrobras é apenas um dos vários que revelam o desconforto do presidente com o perfil liberal na economia com que se travestiu para ganhar a eleição. Não há dúvida de que a presença do economista Paulo Guedes na sua equipe, com plenos poderes para decidir

qualquer coisa na área que o presidente declaradamente ignora, deu a um grupo importante de eleitores a certeza de que, elegendo Bolsonaro, não estavam elegendo apenas aquele deputado tosco e radical do baixo clero que surgiu do nada para galvanizar a disputa eleitoral. Foi Guedes quem garantiu a Bolsonaro deixar de ser um tipo de candidato como o Cabo Daciolo para reunir em torno de si não apenas seus seguidores radicais de direita, mas também uma classe média que aspira a uma ascensão social e empresários e investidores que sentiam firmeza na presumível influência do economista liberal sobre o capitão.

A conversão do Bolsonaro estatizante em um liberal na economia nunca foi bem explicada, mas o fato é que ele se deixou convencer por Paulo Guedes da necessidade das reformas estruturais sem as quais o país não vai sair do buraco. E sem cuja defesa ele não seria eleito. Paulo Guedes procurara Luciano Huck para convencê-lo a se candidatar à Presidência da República baseado na sua enorme popularidade e na sua visão liberal da economia. Assim como Bolsonaro viu que havia uma brecha para disputar a Presidência da República no vácuo que a radicalização e a corrupção petista deixaram para trás, também Paulo Guedes entendia que depois do fracasso do que chama de fase esquerdista do país, representada pela social-democracia em que iguala os oito anos de Fernando Henrique aos 13 anos petistas de Lula e Dilma, havia espaço para uma política liberal na economia e um programa direitista nos costumes.

Foi Guedes quem quase convenceu Luciano Huck a candidatar-se (“ele tem mais seguidores na mídia social do que Trump”, espanta-se), mas foi Bolsonaro quem o procurou. Já com uma grande penetração em setores da população que ansiavam há anos por um governo rigoroso com os desmandos, especialmente no combate ao crime organizado, que desse uma sensação de segurança ao cidadão, e ávido por políticas públicas que transformassem seu cotidiano em menos sofrido, Bolsonaro foi buscar Paulo Guedes.

O que deu a certeza a empresários e investidores de que quem mandaria seria o “posto Ipiranga”. Ledo engano. No fundo da alma, Bolsonaro não mudou a maneira de pensar, apenas adaptou-se às necessidades eleitorais do momento. E também ao pragmatismo, que indica que, se não forem feitas as mudanças, abrindo o país e modernizando as relações de trabalho e o sistema previdenciário, não teremos condições mínimas de crescimento econômico. Mas não é por acaso que ele volta e meia repete que gostaria de não ter que fazer a reforma da Previdência, mexendo no que considera “direitos adquiridos”, a favor dos quais sempre votou, contrário às reformas apresentadas pelos governos antecedentes.

A intervenção no preço do óleo diesel aconteceu também por cálculo político. Nunca é bom esquecer que Bolsonaro estava apoiando a greve dos

caminhoneiros no governo Temer, ao lado dos manifestantes que pediam a volta dos militares ao poder. Era um grupo pequeno, mas que chamou a atenção e foi ganhando novas dimensões com o decorrer da paralisação. Como não entende nada de economia, faz raciocínios simplistas que parecem corretos a setores da população que acham possível ter combustíveis baratos num mercado globalizado em que a competição é em dólar. Acaba acontecendo o que ocorreu na Venezuela, onde a estatal de petróleo (PDVSA) bancava gasolina e diesel baratos na bomba, num populismo vulgar, e perdeu as condições econômicas de continuar produzindo com competitividade.

Esses são movimentos que revelam uma mentalidade estatizante adormecida, mas não vencida, e não sinaliza um governo liberal, e sim um que aproxima os ares retrógrados que dominam áreas importantes como as Relações Exteriores, o Meio Ambiente e a Educação a um possível retrocesso também econômico. Esqueceram-se de que quem tem voto é o capitão, e que um presidente da República tem poder incontestável, pelo menos até perder o apoio da maioria do Congresso.

VEÍCULO: O Globo

Data: 14/04/2019

Seção: Economia

Autor: PAOLA DE ORTE, SERGIO LAMUCCI*, MARCELLO CORRÊA E BRUNO GÓES

Título: 'Uma conversa conserta tudo', diz Guedes sobre ação de Bolsonaro

Ministro afirma ainda não ter falado com presidente sobre intervenção na Petrobras para revogar reajuste do diesel. Ações da estatal caíram 8,5% na sexta-feira

WASHINGTON E BRASÍLIA- O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem em Washington que, caso o presidente Jair Bolsonaro faça alguma coisa “ que não seja muito razoável” na economia, tem certeza de que conseguirá “consertar”. Ele fez a declaração ao ser perguntado por jornalistas sobre a intervenção do presidente na Petrobras na última quinta-feira para suspender o reajuste do diesel previsto para o dia seguinte. A ação provocou queda de 8,5% nas ações da estatal anteontem.

— O presidente tem muitas virtudes, fez muita coisa acertada e já disse que não conhece muito economia. Se ele eventualmente fizer alguma coisa que não seja muito razoável, eu tenho certeza de que nós conseguimos consertar. Uma conversa conserta tudo.

Guedes está em Washington desde quarta-feira, onde participa de reuniões do FMI e do Banco Mundial. O ministro afirmou que Bolsonaro pode ter levado em

conta na sua decisão questões políticas, mas frisou não ter conversado com ele ainda sobre a questão:

— O presidente já disse para vocês que ele não era especialista em economia. Então é possível que alguma coisa tenha acontecido lá. Ele, ao mesmo tempo, é preocupado com efeitos políticos. Estavam falando em greve dos caminhoneiros, esse tipo de coisa, então é possível que ele esteja lá, tentando manobrar isso...

Apesar das perdas da Petrobras, a decisão do presidente Jair Bolsonaro de suspender o aumento do preço do diesel foi vista na equipe econômica como uma forma de evitar prejuízo maior. Na avaliação de uma fonte do Ministério da Economia, o país não poderia correr o risco de passar por uma nova greve de caminhoneiros em um momento em que a economia patina. No ano passado, o PIB cresceu apenas 1,1%, frustrando as projeções que chegavam a 3% antes da paralisação.

— A economia está sem tração. A última coisa que poderia acontecer é uma greve do nível que ocorreu. Acredito que o presidente suspendeu para discutir — disse a fonte.

A equipe econômica ainda não se reuniu para discutir a reação à crise que colocou o governo em um impasse: garantir a saúde financeira da Petrobras sem causar atritos com os caminhoneiros. A estratégia vai ser discutida na próxima semana.

AMORTECIMENTO FISCAL

Uma das opções na mesa é um sistema para amortecer a oscilação de preços nas bombas, como deveria ser a Cide, que acabou sendo desvirtuada. Nesse modelo, a tributação sobre os combustíveis aumentaria quando o petróleo estivesse mais caro e diminuiria quando a cotação do óleo subisse. A medida, no entanto, precisaria ser incluída em uma reforma tributária ainda em elaboração. Também dependeria do avanço da reforma da Previdência, já que presumiria uma renúncia de arrecadação. A ideia chegou a ser proposta no governo Temer, mas não avançou.

Defasagem custou mais que corrupção

Ao impedir a Petrobras de reajustar o preço do diesel nas refinarias na última quinta-feira, o que provocou um tombo de 8,5% das ações da companhia na sexta-feira, o presidente Jair Bolsonaro assustou investidores pela semelhança com a ingerência da ex-presidente Dilma Rousseff na estatal.

Entre 2011 e 2014, preocupada com o controle da inflação, Dilma determinou que a Petrobras não repassasse para o preço dos combustíveis a alta do barril do petróleo no mercado internacional. O resultado foi um prejuízo bilionário, que custou mais à estatal que o esquema de corrupção desvendado pela Operação Lava-Jato.

Segundo o Centro Brasileiro de Infraestrutura, a Petrobras acumulou perdas de R\$71,2 bilhões entre 2011 e 2014 sem repassar para os preços de gasolina e diesel o que pagava na importação de derivados. Em 2015, a estatal declarou perdas de R\$ 6,2 bilhões com a corrupção em seu balanço relativo a 2014. De lá para cá, a companhia recuperou R\$3,2 bilhões do que foi desviado e definiu um valor total de R\$40,3 bilhões que pretende reaver. Em janeiro de 2018, a estatal ainda desembolsou US\$ 2,95 bilhões (cerca de R\$11 bilhões) para encerrar ação coletiva nos EUA movida por investidores.

(Bruno Rosa)

VEÍCULO: O Globo

Data: 14/04/2019

Seção: Editorial

Autor:

Título: Acordo com EUA sobre Alcântara pode impulsionar setor espacial

Aliança com americanos para o lançamento de foguetes ajuda na absorção de tecnologia

A assinatura de um acordo com os Estados Unidos para o uso da base de lançamento de foguetes de Alcântara, no Maranhão, é um aspecto positivo da visita do presidente Bolsonaro a Washington. O debate político-ideológico em torno de Alcântara carrega traços nacionalistas de discussões de outrora. Como na campanha do “petróleo é nosso”, na década de 50, cujo resultado foi a criação de um monopólio estatal, entregue à Petrobras, o que retardou o avanço da exploração no mar, onde estavam e estão as maiores reservas do país. Que começaram a ser exploradas a partir da permissão da entrada de empresas estrangeiras na atividade.

O petróleo era “nosso”, mas continuava embaixo da terra. Alcântara também simboliza a aspiração pela independência, no caso, em um programa de desenvolvimento de foguetes para o lançamento de satélites próprios. Devido a razões evidentes, este é um tipo de projeto que esbarra na resistência compreensível de países, os Estados Unidos à frente, porque pode ser convertido num programa militar. O desenvolvimento de tecnologia nuclear enfrentou os mesmos obstáculos, por motivos idênticos. Sendo que chegou a haver um objetivo militar neste projeto. Mas, se o objetivo é dominar

tecnologia de foguete e satélites para uso pacífico, por que não estabelecer acordos como o feito com os americanos?

Já existe um lastro de conhecimento conseguido inclusive com a perda de vidas — na trágica explosão ocorrida em Alcântara, em agosto de 2003, em que morreram 21 pessoas, entre engenheiros, cientistas e técnicos que trabalhavam em torno de um Veículo Lançador de Satélite(VLS), protótipo do foguete nacional, que explodiu. O programa foi suspenso. Na Era Lulopetista, bem no estilo da esquerda, tentou-se um acordo com a Ucrânia, também frustrado. Com Bolsonaro, fecha-se um acordo com os Estados Unidos, dono de tecnologias de ponta no setor e que controlam com atenção o uso de seus conhecimentos por outros países.

O lastro de conhecimento brasileiro precisa do acordo com os EUA para se expandir. Exageros como os de negociações passadas — por exemplo, os brasileiros estariam proibidos de entrar em áreas sob controle americano em Alcântara — foram superados. Assim, americanos podem usufruir, associados aos brasileiros, a grande vantagem da localização da base, muito próxima do Equador, o que reduz em 30% o consumo de combustível no lançamento de foguetes. Alcântara poderá ser um negócio rentável de lançamento de satélites privados. Ensina a experiência — ou deveria ensinar—que se abrir ao mundo é a maneira mais fácil de absorver conhecimentos.

VEÍCULO: O Globo

Data: 14/04/2019

Seção: O País

Autor: VINICIUS SASSINE

Título: Moro e Lava-Jato estudam fundo anticorrupção

Verba oriunda das multas de acordos de leniência ficaria vinculada à CGU; Ministério da Justiça é destino alternativo

Após o revés na criação de uma fundação privada para gerir até R\$ 2,5 bilhões depositados pela Petrobras, a força-tarefa da Lava-Jato em Curitiba passou a discutir com o ministro da Justiça, Sergio Moro, duas possibilidades de destinação do dinheiro. Uma hipótese cogitada é a criação de um fundo anticorrupção, vinculado ao governo. Um projeto de lei no Senado, de autoria do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), já propõe a criação de um fundo com essas características. Conforme o projeto, ele ficaria vinculado à Controladoria-Geral da União (CGU). Outra hipótese é destravar o Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD), vinculado ao Ministério da Justiça e existente desde 1985. Destravar significaria interromper os contingenciamentos do dinheiro

depositado no fundo, permitindo o uso dos recursos em projetos de reparação de danos.

Uma das justificativas apresentadas pelo procurador da República Deltan Dallagnol, coordenador da Lava-Jato em Curitiba, para a criação da fundação privada foi o alto índice de contingenciamento do FDD, que seria um caminho natural para o dinheiro depositado pela Petrobras. O fundo existe para abrigar recursos oriundos de reparações em ações civis públicas e termos de ajustamento de conduta, por exemplo. A eventual destinação dos recursos pagos pela Petrobras ao FDD, controlado pelo Ministério da Justiça, aumentaria o poder de atuação da pasta. Ao resumir o projeto anticrime enviado ao Congresso Nacional, Moro tem elencado três prioridades para sua gestão: combate à corrupção, ao crime organizado e aos crimes violentos.

DINHEIRO PARA O MEC

A ideia inicial da Lava-Jato em Curitiba para gerir os R\$ 2,5 bilhões que a Petrobras teve de pagar, como indenização por danos a investidores, foi amplamente criticado e culminou numa ação da própria procuradora-geral da República, Raquel Dodge, contra a fundação. O dinheiro está bloqueado por decisão liminar do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). Na semana passada, Dodge defendeu que o montante seja destinado ao Ministério da Educação. A ideia da procuradora-geral não encontra oposição frontal na Lava-Jato em Curitiba, mas há o temor de que uma destinação ao MEC seja compreendida como um retorno do dinheiro à União, em contrariedade ao acordo feito com as autoridades norte-americanas.

Desde a apresentação da ação no STF, as relações entre PGR e força-tarefa seguem estremecidas. Dodge e os procuradores de Curitiba ainda não se reuniram para tratar do assunto — a interlocução tem ocorrido com os assessores do gabinete da procuradora-geral. Na interpretação de Dodge, o acordo dos procuradores em Curitiba violava a Constituição. Ela propôs uma ação por descumprimento de preceitos fundamentais (ADPF) contra a decisão da Justiça Federal no Paraná de homologar o acordo assinado entre MPF e Petrobras.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 14/04/2019

Seção: Política

Autor: Gabriela Vinhal / Vicente Nunes

Título: Uma conversa conserta tudo, diz Paulo Guedes

Após o presidente Jair Bolsonaro interferir na política de preços da Petrobras e suspender o reajuste de 5,7% no preço do diesel, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem que é possível “consertar” uma decisão do chefe do Executivo “que não seja razoável” na economia do país. “Uma conversa conserta tudo”, disse, em Washington, enquanto deixava o Fundo Monetário Internacional (FMI), onde cumpria agenda. Após interceder na gestão da empresa, as ações dela caíram 8,5% na Bolsa de Valores de São Paulo e o valor de mercado teve uma redução de R\$ 32 bilhões em um dia.

Segundo o ministro, Bolsonaro já havia dito que não era um especialista em economia e que o presidente só tomou a decisão porque deve ter se preocupado com os efeitos políticos de uma alta no preço do diesel. “O presidente já disse para vocês que ele não era um especialista em economia, então, é possível que alguma coisa tenha acontecido lá. Ele, ao mesmo tempo, é preocupado com efeitos políticos, estamos falando em greve de caminhoneiro, esse tipo de coisa, então é possível que ele esteja lá tentando manobrar com isso”, disse. Questionado sobre qual mensagem o governo quis passar com a decisão, Guedes afirmou que não sabia, mas se informaria. “E eu concordo com suas preocupações”, acrescentou. Entretanto, o economista ressaltou o bom trabalho que o presidente da República tem feito à frente do Palácio e declarou que ele tem “muitas virtudes”.

Telefonema

A interferência da política de preços ocorreu em meio à pressão dos caminhoneiros, que não esperavam pelo aumento. Ao serem informados do reajuste, líderes da categoria ligaram para o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, para demonstrar o descontentamento em torno do aumento do valor do litro do combustível. Foi quando Bolsonaro telefonou para o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, para pedir para suspender o aumento. Agora, o grupo quer conversar com o setor do agronegócio para fazer com que a lei dos preços mínimos do frete seja cumprida. Essa é uma das medidas compensatórias que fazem parte das demandas dos caminhoneiros desde a paralisação de 2018, que causou uma crise de desabastecimento no país. A fim de evitar uma nova greve, Bolsonaro se reuniu ontem com a titular da Agricultura, Tereza Cristina, no Palácio do Alvorada, para discutir a questão. Mesmo com um tom apaziguador de Guedes, integrantes da equipe econômica passaram o sábado trocando mensagens e questionaram até onde o ministro estaria disposto a continuar no cargo. Segundo os técnicos, não há dúvidas de que Guedes foi “desmoralizado”: “Uma decisão tão grave como essa deixa o ministro numa situação muito ruim.”

Eles asseguram ainda que, dada à repercussão negativa da intervenção de

Bolsonaro, certamente o presidente já deve ter falado com o ministro por telefone. Mas é difícil acreditar que Guedes esteja tranquilo. “O ministro sabe que muito da credibilidade do governo vem dele. Portanto, se começa a ter a imagem arranhada, não deixará isso barato”, destacou outro técnico. Para integrantes da equipe econômica, a decisão do presidente sem consultar o ministro pode ameaçar a credibilidade do governo dentro e fora do país.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 14/04/2019

Seção: Política

Autor: Luiz Carlos Azedo

Título: A tentação populista

Nas entrelinhas

Na terça-feira, o presidente Jair Bolsonaro terá uma reunião com sua equipe de governo e a cúpula da Petrobras para discutir a política de preços dos combustíveis, depois de pôr em xeque a orientação do ministro da Economia, Paulo Guedes, em relação à estatal: a autonomia para atuar de acordo com as necessidades do mercado, sobretudo a flutuação do dólar. Na sexta-feira, Bolsonaro mandou a estatal cancelar um aumento no preço do diesel após ser pressionado por líderes dos caminhoneiros, à revelia do ministro, porque acha que o preço dos combustíveis deve estar alinhado à inflação e não ao mercado mundial de petróleo. A decisão provocou queda abrupta das ações da Petrobras, que perdeu R\$ 32 bilhões do seu valor patrimonial. Nos bastidores do governo, há uma queda de braços entre Guedes, que nomeou o atual presidente da Petrobras, Roberto Castelo Branco, e os ministros da Casa Civil, Ônyx Lorenzoni, e de **Minas e Energia, Bento Costa Lima**, ao qual a estatal está formalmente vinculada.

A decisão de Bolsonaro não é a primeira em relação a segmentos estratégicos de sua campanha eleitoral; também cedeu aos ruralistas, ao anunciar que anistiará dívidas no valor de R\$ 17 bilhões. O presidente da República minimizou a queda de 15 pontos percentuais de sua aprovação nas pesquisas de opinião, porém, desde então, dá sinais de preocupação e adotou medidas que podem contribuir para melhorar a própria imagem, como o fim do horário de verão e o décimo terceiro do programa Bolsa Família. Nas redes sociais, resolveu dar mais ênfase à divulgação de suas ações administrativas. A estratégia de desprezar os meios de comunicação tradicionais e se comunicar por meio das redes sociais já bateu no teto.

Nos primeiros 100 dias de mandato, o comportamento de Bolsonaro foi uma

espécie de “ensaio e erro”, se considerarmos a avaliação feita pelo ministro da Casa Civil ao apresentar o balanço de realizações do governo. Bolsonaro está aprendendo a ser presidente da República, sem nunca antes ter exercido um cargo executivo. A aprendizagem por ensaio e erro consiste em eliminar gradualmente os ensaios e tentativas que levam ao erro e manter comportamentos que conquistaram o efeito desejado, segundo a lei do efeito (um ato é alterado pelas suas consequências) e a lei do exercício (estímulos e respostas fortalecidos pela repetição). Erro, porém, anda de braço dado com o fracasso. Seria melhor que Bolsonaro aprendesse com os seus antecessores, como Collor de Mello e Dilma Rousseff, por exemplo, em relação ao Congresso e à Petrobras, respectivamente.

Bonapartismo

Ainda não é possível definir claramente o caráter do governo Bolsonaro, embora o senso comum permita afirmar que seja conservador nos costumes e liberal, na economia. Um governo eleito democraticamente, mas assumidamente de direita, pode ter características bonapartistas ou populistas. Por enquanto, o viés predominante é bonapartista, porque seu eixo está na forte presença militar, policial e técnico-burocrática. Bolsonaro se coloca acima dos partidos e dos demais poderes, o que é uma contradição com o regime democrático no qual foi eleito. Nesse aspecto, a Lava-Jato desempenha um papel crucial, ao manter sob pressão a elite política e a cúpula do Judiciário. Não será surpresa o surgimento de propostas no sentido de adaptar a legislação vigente às conveniências do bonapartismo, como a extinção dos conselhos de políticas públicas, por exemplo.

A perda de popularidade do governo, porém, tende a provocar uma deriva populista por parte de Bolsonaro, de acordo com a receita já conhecida: busca de proximidade com as massas sem passar por nenhuma instituição política; favorecimento de segmentos sociais que lhe dão apoio; e fragilização dos partidos. Nesse aspecto, a queda de braços de Bolsonaro com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e os líderes do chamado Centrão, PP, PR, DEM, PRB, Solidariedade e Podemos, tende a se tornar uma batalha sangrenta, por causa da Lava-Jato.

Bolsonaro praticamente já abriu mão da meta de R\$ 1 trilhão de economia em 10 anos, grande objetivo da equipe econômica. Estará satisfeito se o Congresso aprovar o aumento da idade mínima e do tempo das contribuições, sem que seja necessário entrar em confronto com a sua própria base eleitoral, que compõe o eixo de seu governo. A reforma possível tem maioria no Congresso, mas esse apoio não virá por gravidade. É plausível que os líderes do Centrão queiram obstruir a reforma por causa da não participação no governo. Entretanto, a maior resistência às reformas vem da própria base de Bolsonaro,

que é muito corporativista. O problema é que um governo populista não tem chance de fazer o país voltar a crescer de forma sustentável.

MME / ASCOM .